



UFRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS - CCJE  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS - FACC**

**MAURO MAGALHÃES DOS SANTOS**

**A RELAÇÃO ENTRE JOVENS UNIVERSITÁRIOS E INVESTIMENTOS EM  
VALORES MOBILIÁRIOS QUE POSSIBILITEM RENDA PASSIVA PARA  
APOSENTADORIA**

**Rio de Janeiro – RJ**

**2021**

**MAURO MAGALHÃES DOS SANTOS**

**A RELAÇÃO ENTRE JOVENS UNIVERSITÁRIOS E INVESTIMENTOS EM  
VALORES MOBILIÁRIOS QUE POSSIBILITEM RENDA PASSIVA PARA  
APOSENTADORIA**

Monografia apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Administração à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FACC/UFRJ).

Orientador (a): Marco Antônio Cunha de Oliveira

**Rio de Janeiro – RJ**

**2021**

**MAURO MAGALHÃES DOS SANTOS**

**MAURO MAGALHÃES DOS SANTOS**

**A RELAÇÃO ENTRE JOVENS UNIVERSITÁRIOS E INVESTIMENTOS EM  
VALORES MOBILIÁRIOS QUE POSSIBILITEM RENDA PASSIVA PARA  
APOSENTADORIA**

Monografia apresentada à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Administração aprovada pela seguinte banca examinadora:

---

*Nome, Titulação, Instituição*

---

*Nome, Titulação, Instituição*

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 21

## RESUMO

Este estudo analisa o comportamento dos jovens universitários do Rio de Janeiro com investimentos, buscando identificar e entender se estes investem, por quais razões e motivações. Para isso, foi apresentada na literatura, os aspectos principais dos investimentos, seus rendimentos passados e suas características. Nesse sentido, os Fundos Imobiliários e as ações são trabalhadas mais de perto, sendo apontada sua forma de negociação, mecanismos de proteção ao investidor e órgãos regulamentadores, além das leis que amparam algumas de suas características. Além disso, é discutido o cenário atual da previdência pública, histórico e reformas ocorridas e as diferenças para a previdência complementar privada, junto a aposentadoria individual. Outrossim, há uma pesquisa mais detalhada do comportamento do brasileiro em geral perante aos investimentos, seu conhecimento sobre o assunto e os investimentos mais realizados. Para isso, foi realizado um questionário, entregue por meio eletrônico aos respondentes, de forma a otimizar e facilitar as respostas e coleta dos dados. Também foi utilizado da ferramenta Excel, para análise, tratativa e construção de elementos visuais. O estudo mostrou que 73,9% dos entrevistados realizam algum tipo de investimento, sendo a poupança o principal ativo, seguido pelas ações e títulos públicos do governo. Estes em sua maioria, tem por objetivo acumular patrimônio e renda passiva para aposentadoria.

Palavras-chave: Aposentadoria – Renda Passiva – Investimentos – Ativos Mobiliários

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Risco e retorno médio dos ativos.....	10
--	----

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Rendimento da caderneta de poupança entre os anos 2000 e 2020.....	11
Gráfico 2 - Rendimento do IBOVESPA entre os anos 2000 e 2020.....	12
Gráfico 3 - Respondentes da pesquisa.....	19
Gráfico 4 – Tipos de investimentos realizados.....	20
Gráfico 5 – Objetivos dos investimentos.....	21

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: .....	4
1.1 Contextualização e formulação do problema:.....	4
1.2 Objetivos: .....	4
1.2.1. Objetivo Geral:.....	4
1.2.2. Objetivos Específicos:.....	4
1.3. Justificativas:.....	5
1.4 Etapas do Trabalho.....	5
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	6
2.1 O contexto da aposentadoria.....	6
2.2 Previdência Social e Reformas.....	7
2.3 Previdência complementar.....	8
2.4 Poupança pessoal.....	9
2.5 Principais ativos do Brasil.....	9
2.6 Investimento através da Bolsa de Valores.....	7
2.7 Política de Dividendos.....	8
2.8 Fundos Imobiliários.....	9
3. METODOLOGIA.....	15
3.1 Tipo de Pesquisa.....	15
3.2 População e amostra.....	15
3.3 Instrumento de Pesquisa.....	16
3.4 Procedimento de coleta e análise de dados.....	16
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	19
4.1 Idade dos respondentes.....	19
4.2 Tipos de Investimentos e objetivos.....	19
4.3 Prazo dos Investimentos.....	22
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS:.....	26

## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1. Contextualização e formulação do problema**

A educação financeira é o conhecimento de como controlar, planejar e organizar as finanças. Esse conhecimento deve ser tratado pela família e pelas organizações de ensino. Porém, o conceito de finanças não é abordado na maioria das escolas no Brasil, não permitindo, portanto, que os jovens possam concluir o ensino médio com algum fundamento financeiro. E isso ocorre em razão da nossa antiga metodologia de ensino, criada na época agrária, que é adotada pelas instituições brasileiras até os dias atuais (KIYOSAKI; LECHTER, 2011). Ademais no Brasil não se observa uma cultura baseada na educação financeira e destaca-se a notória crise econômica enfrentada pelo país, atingindo principalmente a classe social mais baixa. Tal situação, demonstra que o brasileiro não sabe lidar com as finanças pessoais, e que o assunto permanece em segredo e nas mãos de poucos (SILVA *et al.*, 2018). Por outro lado, a previdência social é assunto de debates, indagações e dúvidas sobre sua eficiência e sustentabilidade para milhões de brasileiros (CARVALHO, 2018). Por bastante tempo, os benefícios oferecidos pelo governo atenderam a demanda da sociedade inativa. Todavia, com o passar dos anos e com o aumento da população economicamente inativa e a diminuição da fecundidade, esses benefícios sofrem um grave estresse financeiro (PLANEJAR e CVM, 2019)

Logo, o presente trabalho busca responder a seguinte questão: Como jovens universitários utilizam os investimentos pensando em ter uma renda passível de forma a não depender das instituições públicas para a aposentadoria?

### **1.2. Objetivos**

#### **1.2.1 Objetivo Geral:**

O objetivo geral deste trabalho é identificar se há alguma aplicação financeira feita pelos jovens universitários que possibilite renda passiva para aposentadoria no longo prazo.

#### **1.2.2 Objetivos Específicos:**

- Identificar os tipos de investimentos utilizados por jovens universitários na faixa de 18 a 30 anos.
- Descrever os objetivos que os levaram a investir nas diferentes aplicações financeiras

### **1.3. Justificativas**

De acordo com Martins e Campani (2019), as regras para previdência social têm gerado um ambiente de instabilidade e conflitos desde a década de 1990, e nos últimos anos estão demonstrando um sistema insustentável. Dessa forma, surgem incertezas sobre o futuro da aposentaria do Brasil, causando preocupação naqueles que irão se aposentar nos próximos anos e também para aqueles que estão ingressando no mercado de trabalho. De acordo com a regra atual, para se aposentar pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é necessário um tempo mínimo de contribuição a depender do tipo de aposentadoria e do benefício a ser adquirido. Além disso, há a possibilidade de se aposentar pela idade, que por regra geral, acontece aos 65 anos para homens e aos 62 anos para mulheres, conforme Emenda Constitucional N°103 (BRASIL, 2019). Contudo, tal regra pode mudar nos próximos anos e a aposentadoria por idade pode se estender ainda mais.

### **1.4 Etapas do trabalho**

Este trabalho será desenvolvido em quatro etapas. Na primeira delas, será apresentado a fundamentação teórica que servirá de embasamento para todo o trabalho. Na sequência será exposto a metodologia utilizada, detalhando todas etapas realizadas da pesquisa, o instrumento utilizado, o procedimento para coleta de dados, o tipo de pesquisa, entre outros. Por fim, serão revelados os resultados encontrados na pesquisa, bem como analisados junto à literatura revisada, discutindo as conclusões alcançadas.



## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse capítulo, inicialmente será apresentado o contexto da aposentadoria, explicitando alguns dos princípios que devem ser levados em conta e as principais formas existentes de se aposentar. Dando sequência, será exposto o cenário atual da previdência social e as reformas recentemente ocorridas. Logo após, será conceituado o termo previdência privada e suas vantagens e desvantagens existentes. Como terceiro pilar, a poupança pessoal e individual também será retratada e é nela que daremos o foco nesse trabalho. Dessa maneira, na sequência, abordaremos os investimentos existentes para a poupança pessoal, seguido do funcionamento da bolsa de valores, por onde são negociados determinados ativos. E por fim, como ativos geradores de renda de renda passiva, os Fundos Imobiliários e os Dividendos serão explorados em sua totalidade.

Os artigos utilizados foram encontrados por meio de busca avançada no portal da CAPES, Google SCHOLAR e SCIELO, utilizando as palavras-chave “dividendos”, “previdência”, “mercado de capitais”, “proventos”, “aposentadoria”, “ações” *and* “Mercado financeiro”, “previdência privada”, “fundo de pensão”, “VGBL e PGBL”, “ativos mobiliários”, “ativos imobiliários” e “finanças”. Além disso, foram consultados alguns livros da área de Finanças em busca de alguns modelos de aplicação prática. Não houve delimitação de tempo na busca pelos artigos.

### 2.1 O contexto da aposentadoria

De acordo com a Associação Brasileira de Planejadores Financeiros (Planejar) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (2019), há alguns princípios que devem ser levados em conta quando o assunto é aposentadoria. Tais princípios buscam avaliar a necessidade de cada indivíduo com base em questões como: necessidades financeiras futuras, os objetivos da aposentadoria, expectativa de padrão financeiro, fontes de renda, rendas complementares, entre outras. Com algumas dessas premissas, pode-se chegar a um contexto mais específico para o indivíduo, tornando possível saber o tempo em que os recursos financeiros deverão ser aplicados, qual a taxa nominal e real de rentabilidade, a classificação das necessidades financeiras (despesas fixas e variáveis), o fluxo de caixa futuro e o montante necessário para suprir os objetivos.

Assim, para a CVM e a Planejar há três fontes de renda básica para a aposentadoria, o que denominam de pilares. Primeiramente, há a Previdência Social oferecida pelo governo sendo composta por dois regimes principais: o Regime Geral da Previdência (RGPS) e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Como segundo pilar, há a aposentadoria do local de trabalho, fornecida pelo empregador. Esta é mais conhecida como previdência privada complementar e é segmentada em fechada (fundos de pensão) e aberta. Por fim, o terceiro pilar é a poupança pessoal, focada em acumulação de capital próprio em ativos mobiliários e imobiliários.

## **2.2 Previdência Social e Reformas**

De acordo com a Lei nº8.213 (BRASIL,1991) a Previdência Social, mediante a contribuição, tem por finalidade garantir aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção. Podendo ocorrer portanto por incapacidade, desemprego, idade avançada, tempo de serviço, prisão ou morte daqueles que eram responsáveis economicamente por outros. Em caso de aposentadoria por idade (setor geral), para as mulheres a idade mínima é de 62 anos e para os homens, 65 anos. Também, há o método progressivo, Emenda Constitucional nº103 (BRASIL, 2019), que é a soma entre tempo de contribuição obrigatória e idade. Para homens, tal somatório deverá ser igual a 95 anos e para mulheres esse valor cai para 85 anos. Além do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), mencionado anteriormente, que cobre os benefícios à população em idade ativa do setor privado, trabalhadores rurais, autônomos, donas de casa e todos aqueles que contribuírem, há também o Regime Próprio da Previdência Social (RPPS), que atende ao funcionalismo público. Para o RGPS há um piso salarial (R\$ 1.100 na data presente) e um teto, fixado em 2016, de R\$5.189,00 (LAVINAS; ARAÚJO, 2017).

As principais justificativas para reforma da previdência de acordo com Lavinias e Araújo (2017) são pautadas em duas frentes. A primeira delas, e mais importante, é o envelhecimento da população brasileira que poderia levar ao colapso do sistema público de aposentadoria ao longo dos próximos anos. Como a expectativa de vida aumenta a cada ano, muitos trabalhadores optam por adiarem seu pedido de aposentadoria de forma a tentar chegar ao teto permitido ao invés de apenas uma parte. Essa “fórmula” 85-95 anos deverá ser transitória, chegando até 2027 alcançar 90-100 anos para homens e mulheres respectivamente. Além disso, há um interesse

no aumento na poupança das famílias para que posteriormente haja um acréscimo na taxa de investimento. Dessa forma, também de acordo com os autores, o Estado enxerga na reforma da previdência, uma chance de estimular o fortalecimento dos regimes de privatizações. Portanto com as mudanças no atual sistema previdenciário o governo considera impactos positivos nos sistemas de bem-estar, sustentabilidade do regime público e reforço no mercado de capitais.

### **2.3 Previdência complementar**

Segundo Coelho e Camargos (2012), a previdência complementar surgiu no Brasil em 1904 com a criação da Caixa Montepio dos Funcionários do Banco do Brasil. Esta e outras surgiram com o objetivo de atender aqueles que não eram suportados pela previdência social oferecida à época. A Lei 6.435/77 dividiu a previdência privada em duas vertentes distintas e com singularidades: a previdência fechada, também conhecida como “fundos de pensão” e a previdência aberta.

Dessa forma, para Debiasi (2004), a previdência fechada é caracterizada pela tratativa empresarial, privada e facultativa, sendo destinada aos funcionários de organizações que dispõem de planos de aposentadoria. Assim, empregadores se unem, formam conglomerados e criam operadoras que proporcionem benefícios previdenciários a seus funcionários. Os representantes desses grupos são as Entidades Fechadas de Previdência Privada (EFPP), denominadas também de Fundos de Pensão. Estas têm caráter e finalidade social com amplo direito de escolha sobre as aplicações das reservas. Além dos representantes da previdência complementar fechada, há também o órgão normativo, Conselho da Previdência Complementar, e o órgão fiscalizador, Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Em contrapartida, a previdência aberta é acessível a todos, não dependendo do vínculo empregatício. Para Campani e Brito (2017), o mercado de previdência privada aberta no Brasil vem crescendo há mais de 10 anos, sob uma taxa média de 20% ao ano. Nesse mercado, há dois principais planos que são disponibilizados, conhecidos como Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL), que juntos compõem aproximadamente 90% do setor de previdência privada. De acordo com os autores, o principal diferencial em relação a esses fundos previdenciários, comparados a outros não previdenciários, são as vantagens atreladas ao Imposto de Renda (IR), sendo possível o recolhimento apenas no resgate da

aplicação. Contudo, como ponto negativo, ressaltam que as taxas administrativas e de carregamento são bem superiores aos fundos convencionais que estão presentes no mercado. Esses fundos (VGBL e PGBL) foram organizados de forma a conceder os direitos, por intermédio de uma seguradora, de formação de poupança individualizada passível de transformação em renda futura vitalícia ou não, sob a opção do investidor. (SAAD, N; RIBEIRO, C, 2011)

## **2.4 Poupança pessoal**

Além dos investimentos de previdência social ou previdência complementar, há a poupança pessoal que, pode sim ser usada como uma alternativa para a aposentadoria. Os ativos da poupança pessoal podem ser divididos em ativos mobiliários e ativos imobiliários. Os investimentos em ativos mobiliários são ativos financeiros ou valores mobiliários que garantem direitos e obrigações ao investidor. Tais ativos podem ser emitidos por entidades públicas, como os títulos da dívida pública ou por organizações privadas, como as ações e debêntures, por exemplo, (PLANEJAR e CMV, 2019). Os ativos imobiliários, por sua vez, são imóveis físicos adquiridos com o fim de moradia ou com propósito de aluguel para fim comercial ou residencial. Dessa maneira, um estudo de Silva. B, Silva. R e Araujo (2013) demonstra que a maioria das pessoas que estão em busca de um imóvel, independente do motivo, acreditam ser um bom investimento pensando no longo prazo. Isso ocorre também, segundo os autores, devido ao crescente aumento no valor dos aluguéis, o que faz com que as pessoas invistam em ativos imobiliários próprios.

## **2.5 Principais ativos no Brasil**

De acordo com uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro (ANBIMA) (2020), com mais de três mil pessoas, idade superior a 16 anos, das classes A, B e C, mostrou alguns dos hábitos dos brasileiros relacionados aos investimentos e os principais escolhidos. Primeiramente, cabe destacar que dos entrevistados, 38% declararam terem feito algum tipo de economia em 2019, e destes 42% aplicou o dinheiro em produtos financeiros, como renda fixa, poupança, títulos públicos, poupança e mercado de ações. Os respondentes mencionaram espontaneamente sobre conhecimento a respeito de finanças e investimento, sendo a poupança lembrada por 28% dos respondentes, mesmo sendo o produto com menor desempenho. Na sequência, as ações foram lembradas por 12%

dos participantes. Os títulos públicos e os títulos privados, foram mencionados por 10% e 8%, respectivamente.

Além disso, a pesquisa apresentou um ranking dos produtos financeiros de investimento mais utilizados pelos brasileiros em 2019, sendo liderado pela caderneta de poupança com 84,2%, mesmo sendo um investimento pouco rentável. Contudo, isso é justificado pela comodidade e facilidade que o produto oferece. Os títulos privados (debêntures, LCI, LCA e CDB) aparecem em quarto lugar com 5%, acompanhado dos títulos públicos com 4%. As ações ficam sexto lugar com apenas 2% dos brasileiros, ficando na frente apenas do investimento em moedas estrangeiras.

A adesão dos investidores aos tipos de investimento, além dos fatores mencionados acima, também está diretamente atrelada ao risco, sendo este mensurado pelo desvio padrão. Segundo dados disponibilizados no site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a poupança, maior aplicação dos brasileiros, apresentou o menor risco entre os anos de 2000 e 2020 quando comparada aos demais produtos. Em contrapartida, as ações representadas pelo Ibovespa, são o investimento de maior risco com Desvio Padrão de mais de 33%, conforme Quadro 1.

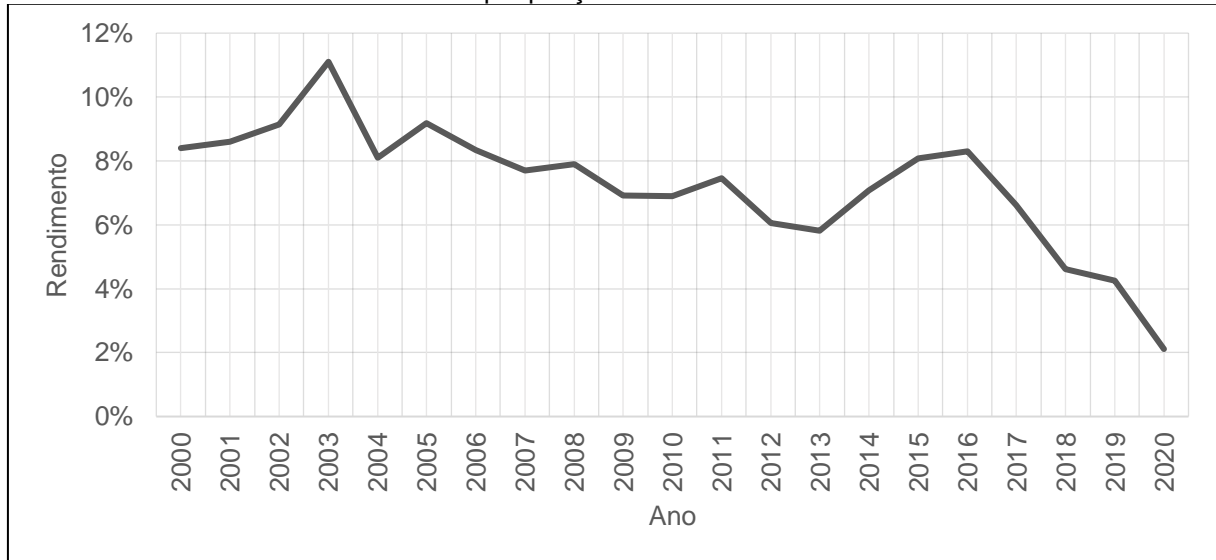
Quadro 1- Risco e retorno médio dos ativos

	<b>Retorno Médio</b>	<b>Desvio Padrão</b>
IPCA	6,2%	2,4%
Poupança	7,0%	1,9%
Selic	12,5%	5,1%
Ibovespa	14,1%	33,7%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados em [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)

Apesar da poupança ser o principal investimento realizado pelos brasileiros, os dados históricos do Gráfico 1, mostram que a rentabilidade vem decrescendo ao longo dos últimos 20 anos, chegando a nível recorde em 2021, com uma rentabilidade de um pouco mais de 2% ao ano. Em contrapartida, no mesmo ano, o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial que mede a inflação no país, atingiu 4,52% de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2020).

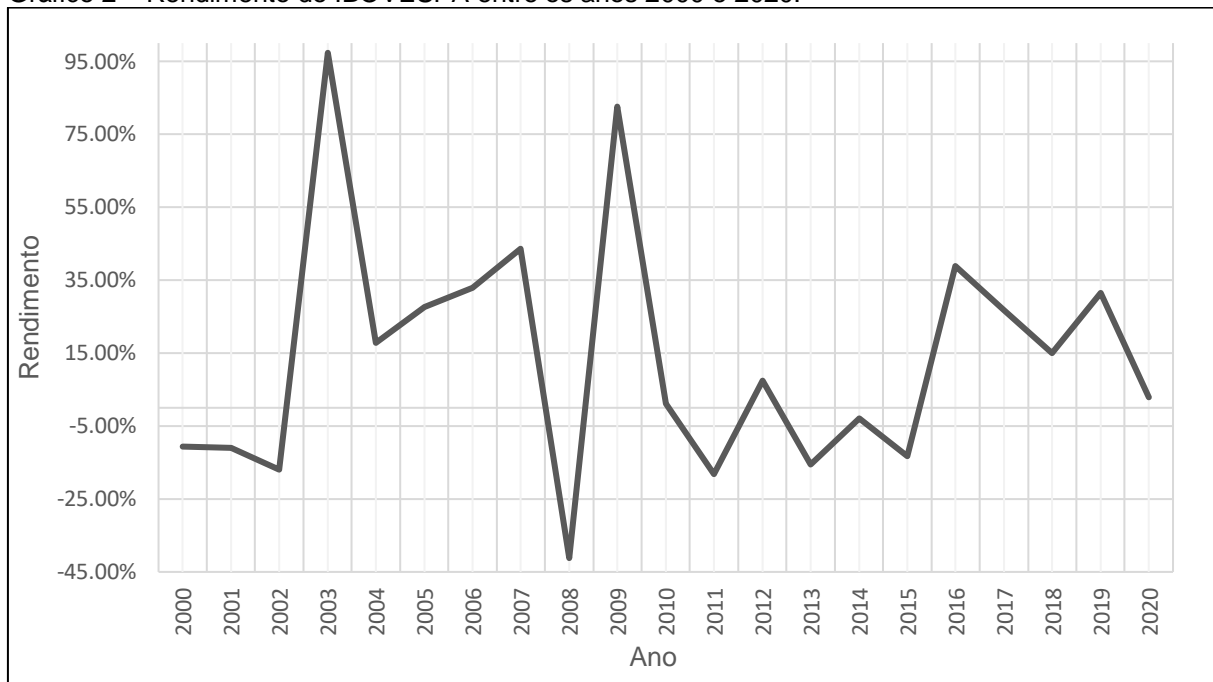
Gráfico 1- Rendimento da caderneta de poupança entre os anos 2000 e 2020



Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados em [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)

Em contrapartida, o investimento em ações que ainda é pouco explorado pelos brasileiros, apresentou um rendimento acumulado no mesmo período muito superior em comparação a poupança. Este, pode ser observado através do Índice da Bolsa de Valores de São Paulo, o Ibovespa, principal índice da bolsa de valores, composto pelas empresas de maior liquidez. Todavia, como o Gráfico 2 apresenta, o investimento neste segmento apresenta um nível de oscilação muito maior, alcançando um ponto máximo de 97,3% em 2003 e atingindo rendimento negativo de -41,2% em 2008, em meio à crise imobiliária dos Estados Unidos, chamada também de *subprime*. Tendo em vista as oscilações bruscas ocasionadas pela renda variável e principalmente nas ações, investidores e poupadores optam ainda por investimentos mais seguros mesmo que com rendimentos inferiores.

Gráfico 2 – Rendimento do IBOVESPA entre os anos 2000 e 2020.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados em [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)

## 2.6 Investimento através da Bolsa de Valores

O mercado de capitais tem sido um assunto muito discutido nos últimos anos, principalmente pelas ofertas públicas de ações que vêm ganhando cada vez mais força no Brasil devido as novas empresas entrantes. Esse número crescente de organizações tornando-se sociedade anônima é decorrência da evolução em nosso mercado no qual pequenos investidores individuais buscam rentabilidade superior as aplicações tradicionais (ANZILAGO *et al.*, 2014).

Nesse sentido, a Bolsa de Valores é um sistema de distribuição que permite liquidez as emissões de empresas e viabiliza o processo de compra e venda. Assim, agentes do mercado podem realizar transações de ativos de maneira fácil e direta. Entre esses ativos destacam-se os Fundos Imobiliários, os *Exchange Trade Funds* (ETFs), alguns títulos e principalmente as ações. Para aqueles que negociam, o objetivo principal é auferir ganho com os investimentos, sejam esses de curto, médio ou longo prazo. Para as empresas que abrem seu capital, a Bolsa de Valores é interessante porque faz com que essas capturem recursos e possam expandir-se. Cabe salientar também que a Bolsa de Valores garante a segurança nas negociações e traz liquidez ao mercado. (LIMA; KASSAI; KORSO, 2012). Dessa forma o mercado financeiro tem relevância no desenvolvimento da sociedade possibilitando que organizações como as famílias ao optarem por poupar, consigam rentabilizar esse

valor. Para as empresas, essa captação de recurso advindo da compra de ações, pode ser convertida em maior ofertar, novos produtos, serviços e expansão de projetos que beneficiem a sociedade. Como consequência dessa expansão, o investimento realizado pela família pode voltar a sociedade de forma que tal possibilite um aumento na oferta de empregos. Outrossim, o Governo é beneficiado através do recolhimento de impostos das organizações e pelo lucro auferido do investidor pessoa física. Novamente a sociedade pode ser beneficiada, caso esse dinheiro seja direcionado corretamente para projetos sociais ou serviços básicos não ofertados pelas empresas (PESENTE, 2019).

## **2.7 Política de dividendos das empresas**

De acordo com a Lei nº6.404 (BRASIL, 1976) as empresas tem por obrigação repartir no mínimo 25% do lucro líquido com seus acionistas em forma de dividendos, exceto se o estatuto da empresa estabelecer outra condição. Dessa maneira, empresas podem partilhar de seus lucros mensalmente, trimestralmente, anualmente ou a depender da política de dividendos adotada por ela.

Além disso, no Brasil a partir de 1996 foi criado um novo mecanismo de dividendos sob forma de Juros Sobre Capital (JCP), sendo este classificado como uma despesa dedutível de imposto de renda, gerando benefício fiscal a empresa (LIMA; KASSAI; CORSO, 2012). Assim, o JCP resulta em economia tributária para empresa e recebe um abatimento nas despesas com Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Portanto, essa estratégia além de beneficiar os acionistas, podem também recompensar as empresas com diminuição de despesas obrigatórias, aumentando os lucros e por consequência, tornando-as mais competitivas para o mercado. Nessa ótica é válido destacar que para as empresas, a carga tributária no país é um dos principais responsáveis por grande parte dos custos gerais da organização, levando-as a uma corrida constante por formas de reduzir, eliminar ou retardar os custos tributários a serem pagos e aumentarem os seus lucros (BISCA, *et al.* 2012).

As empresas ao definirem a política de dividendos tem a indispensabilidade de auferir um nível ótimo de pagamento com o objetivo de maximizar a rentabilidade dos acionistas. A retenção desse valor pode se converter em adequação na estrutura da empresa e a distribuição se traduz na rentabilidade do acionista (ALMEIDA; PEREIRA; TAVARE, 2015). Portanto, para Catarino e Rodrigues (2017), tanto o dividendo quanto



o lucro do estabelecimento são provenientes do lucro realizado pela empresa em um determinado período, contudo para o primeiro deve haver participação social. O direito aos dividendos se materializa portanto da distribuição dos lucros aos sócios, sendo este o resultado final a apuração do resultado social.

Há portanto uma teoria chamada de Efeito Clientela, que diz que os investidores são atraídos a investirem em empresas cujo *Dividend Yield* (valor do dividendo pago por ação dividido pelo valor unitário da ação) seja mais alto em comparação a outras empresas. Essa preferência pelos dividendos no Brasil, ocorre por características pessoais dos acionistas, estrutura da firma ou condicionantes do ambiente econômico social. Contudo, também é válido dizer que apesar de haver alguma preferência por parte de alguns acionistas, nenhum estudo realizado conseguiu comprovar a valorização de empresas que distribuam dividendos (HOLANDA; COELHO, 2012).

## **2.8 Fundos Imobiliários no Brasil**

Segundo Ferreira, Gonzales e Santos (2014), nos últimos 50 anos houve uma tentativa de aumentar, fomentar e desenvolver recursos ao mercado imobiliário. No Brasil assim como em outros lugares do mundo, foram desenvolvidos os chamados Fundos Imobiliários (FII's). Tais fundos são veículos de investimento que reúnem investidores com objetivo de aplicar recursos em ativos de caráter imobiliário. As ofertas vêm crescendo ao longo do tempo tornando uma opção de investimento cada vez mais acessível e satisfatória aqueles que investe (SCOLESE; *et al* 2015). Em outras palavras, Fundos Imobiliários, são fundos que captam dinheiro do mercado através da Bolsa de Valores, e com esse recurso investe em imóveis físicos como shopping centers, galpões logísticos, lajes corporativas, agências bancárias, entre outros. Também há os fundos de Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI's), que são fundos que investem em títulos que geram um direito de crédito ao investidor. O investidor nesse caso tem direito a receber juros do emissor periodicamente ou quando há vencimento do título (Brasil Bolsa Balcão, 2021).

De acordo coma Lei nº9779 (BRASIL, 1999) parágrafo único, os Fundos Imobiliários deverão distribuir aos quotistas, noventa e cinco por cento dos lucros auferidos, com base no balanço ou balancete semestral encerrado em 30 de julho e 31 de dezembro de cada ano. Para Ferreira, Gonzales e Santos (2015), esses são considerados investimentos com uma maior proteção pois o aumento da inflação impacta no reajuste dos alugueis, e em momentos de instabilidade econômica e alta

da inflação, esse tipo de investimento torna-se mais seguro e previsível ainda com amparo da Lei de pagamento de quase 100% da receita obtida. Além disso, como para os autores, os FIs absorvem o perfil de investidor que tem interesse pela poupança, não quer se expor ao risco de maneira agressiva e foca no longo prazo.

Outro ponto que atrai os cotistas para investirem em Fundos Imobiliários, são os recorrentes dividendos ofertados pelos fundos. Dessa maneira, esse tipo de investimento pode ser mais vantajoso que títulos públicos e mais atraente em determinados ciclos econômicos e fases do setor imobiliários, podendo este último impulsionar a valorização das cotas, garantindo retorno positivo ao cotista (SCOLESE; D *et al.*, 2015).

### 3. METODOLOGIA

Nesse capítulo é apresentada a estratégia de pesquisa que foi utilizada, a classificação, os métodos e técnicas. Além disso, foi descrita a população e amostra utilizada, os instrumentos e procedimentos empregados para coleta e análise dos dados.

#### 3.1. Método, Classificação e Técnicas de pesquisa

Foi produzida uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa, que de acordo com Esperón (2017)

A pesquisa quantitativa é aquela em que se coletam e analisam dados quantitativos sobre variáveis. Dessa forma, este tipo de pesquisa é capaz de identificar a natureza profunda das realidades, seu sistema de relações, sua estrutura dinâmica. Ela também pode determinar a força de associação ou correlação entre variáveis, a generalização e objetivação dos resultados através de uma mostra que faz inferência a uma população. Além do estudo da associação ou correlação, a pesquisa quantitativa também pode, ao seu tempo, fazer inferências causais que explicam por que as coisas acontecem ou não de uma forma determinada.

Dessa forma, no presente trabalho, o uso quantitativo busca através de informações identificar relações entre variáveis de investimento comparáveis a determinantes sociais, trazendo por análise estatística os resultados. A escolha da classificação de pesquisa como descritiva, é caracterizada por Hymann (1967 apud DALFOVO, LANA, SILVEIRA, 2008) como uma pesquisa a qual descreve um fenômeno e registra a maneira que ocorre colocando ponderações a respeito das interpretações e avaliação de determinados fatores ou resultados já existentes. A técnica utilizada será *Survey*, que são investigações de uma amostra de determinada população com objetivo de generalizar o universo para trazer os resultados desejados (CENDÓN, RIBEIRO, CHAVES, 2014).

#### 3.2. População e amostra

Participaram da pesquisa pessoas entre 17 e 30 anos, que possuam ou possuíram algum tipo de renda nos últimos anos e moradores da cidade do Rio de Janeiro. Também como critério, somente estudantes universitários participaram da pesquisa e que, por se tratar de um questionário *on-line*, possuíam acesso à internet. Essas características foram escolhidas buscando atender o objetivo da pesquisa.

De acordo com o último estudo realizado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2017), no Brasil, haviam sido matriculados mais de 8 milhões de alunos,

contando com a rede pública federal, estadual, municipal e instituições privadas, porém, apenas um pouco mais de 3 milhões ingressaram e estavam cursando. Concomitantemente, um estudo feito pelo Sindicato das Mantedoras de Ensino Superior (2019), o estado do Rio de Janeiro contou com 712,8 mil matrículas no ensino superior no ano da pesquisa. Outrossim, a região metropolitana do estado representa mais de 80% desse número, chegando a mais de 570 mil matrículas.

### **3.3. Instrumentos de pesquisa**

Foi aplicado um questionário online feito através do *Google Forms*. De acordo com Melo e Bianchi (2015) o questionário é entendido como um instrumento de coleta profícuo, cujo objetivo é trazer as respostas que satisfarão os questionamentos oferecidos. As questões nele contidas, ajudaram a identificar os seguintes pontos:

- Idade;
- Localização;
- Se o respondente é estudante universitário;
- Renda mensal;
- Se o respondente investe;
- Quais os tipos de investimentos;
- Tolerância ao risco;
- Tempo de investimento estimado;
- Objetivos para tais aplicações financeiras.

Esses itens foram escolhidos de forma a estarem em linha com o objetivo geral e os objetivos específicos do trabalho.

### **3.4. Procedimentos de coleta e análise dos dados**

O questionário foi enviado através de e-mails e redes sociais a fim de potencializar o envio e adquirir mais respondentes, devendo ser respondido individualmente e uma única vez. Para ajuda na análise dos dados, foi utilizada a ferramenta de análise do próprio questionário, que no caso será o *Google Forms*. Além disso, o Excel foi uma ferramenta bastante presente, de forma a complementar eventuais cálculos que possam ser feitos ou organização dos dados coletados.

Os dados recebidos passaram por uma análise criteriosa, de forma a eliminar possíveis *outliers*, e por consequência precavendo possíveis distorções do resultado.

Outrossim, esta análise proporcionou combinação entre respostas de maneira a alcançar a extrair o maior número de informações possíveis.

Demais, a estatística estará presente, de forma básica porém crucial para o entendimento das respostas.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa realizada e a discussão dessa informação com a literatura revisada. As respostas aqui presentes foram todas coletadas virtualmente através do *Google Forms*, uma ferramenta on-line para coleta e tratamento de dados. Ao todo foram acumuladas 123 respostas, conforme imagem abaixo.

Gráfico 3 - Respondentes da pesquisa



Fonte: Elaboração própria (2021)

### 4.1 Idade dos respondentes

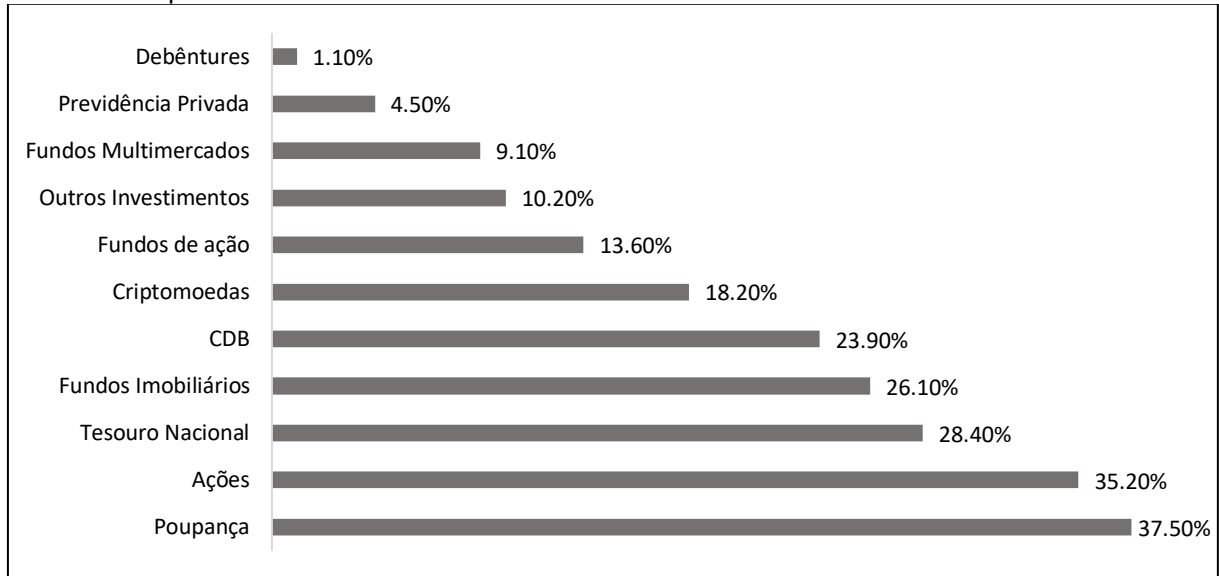
De acordo com o resultado obtido, a maioria dos respondentes possuem idade entre 22 e 26 anos, totalizando 84,2% do total. Na sequência, estão pessoas entre 17 e 21 anos, representando 9,6% do total. Apenas 2 respondentes possuem idade igual ou superior a 30 anos.

### 4.2 Tipos de investimentos e objetivos.

Segundo a pesquisa, 73,9% dos respondentes realizam algum tipo de investimento financeiro, sendo este de qualquer perfil ou rentabilidade. Em oposição, 26,1%, não investe ou não investiu nos últimos anos.

Dessa forma, dentre aqueles que investem, a poupança foi o investimento mais mencionado na pesquisa, com 37,5%. Logo na sequência, aparecem as ações com 35,2% e o tesouro nacional com 28,4% como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 4 – Tipos de investimentos realizados



Fonte: Elaboração própria (2021)

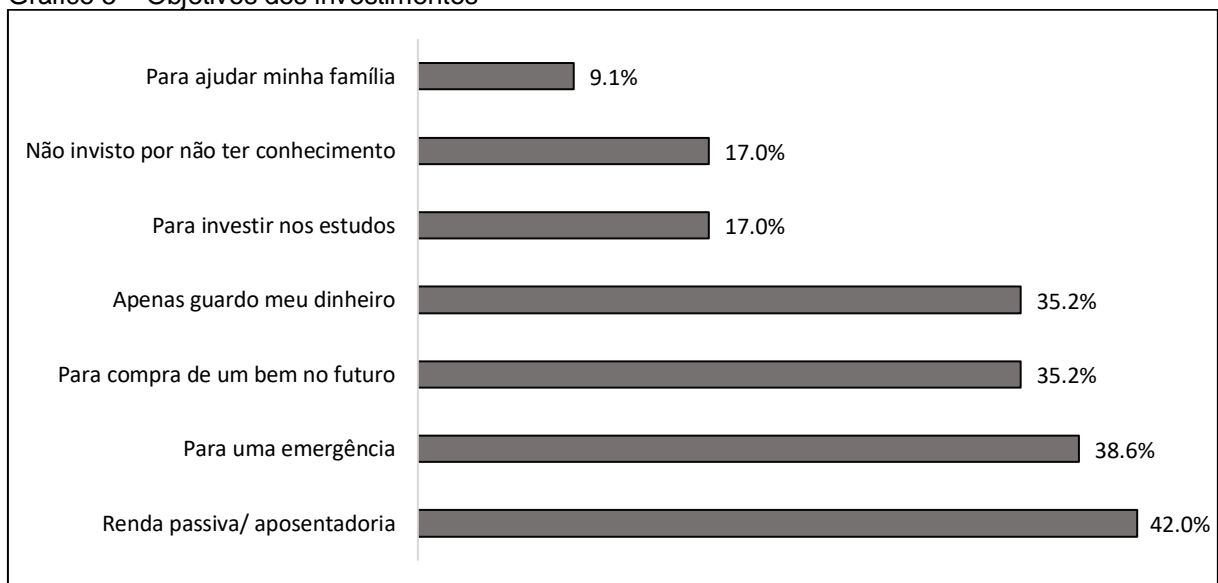
Esse resultado vai de encontro ao estudo feito pela ANBIMA em 2020, que destaca o uso e exploração da poupança pelos brasileiros. No estudo feito pela ANBIMA, a poupança também aparece em primeiro lugar no ranking da pesquisa, sendo mencionada por 84,2% dos respondentes. Porém, o mesmo estudo feito pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro, as ações aparecem em último lugar com apenas 2%. Já o presente estudo mostra que, por mais que a poupança continue liderando o ranking dos investimentos, as ações têm uma enorme relevância entre os jovens universitários do Rio de Janeiro, principalmente pelo seu alto retorno ao longo dos últimos anos. Todavia, o que favorece o alto número do investimento em ações, está diretamente ligado com a idade dos respondentes. A maioria possui idade entre 22 e 26 anos, o que nos mostra que, dentro dessa faixa etária, as pessoas podem estar mais suscetíveis ao risco, diferentemente de pessoas com idades mais avançadas, as quais procuram mais segurança e garantia, devido a outras responsabilidades, planos e carreira.

Em contrapartida, a previdência privada fica somente a frente das debêntures, com apenas 4,5% dos respondentes. Porém, para Campani e Britto (2017), esse é um dos investimentos que mais cresceu nos últimos anos, com uma taxa média de 20% ao ano, reflexo também do nosso plano instável de previdência pública. Todavia, na pesquisa realizada, esse não é o reflexo do resultado da pesquisa. As altas taxas de

manutenção e administração desse tipo de investimento, podem afastar potenciais investidores.

Em relação aos objetivos, 35,2% dos respondentes buscam comprar algum bem (imóveis, carro, objetos, viagens, entre outros) no futuro. Como bem mencionado pela CVM e Planejar, o objetivo dos investimentos varia de acordo com cada estímulo, com cada realidade do indivíduo. Questões como as necessidades financeiras futuras, expectativa de padrão financeiro, entre outros, estão ligadas diretamente as respostas obtidas no presente trabalho. Em segundo lugar, aparece a reserva para situações emergências como despesas hospitalares, possível perda de emprego, algum imprevisto residencial, entre outros. Este corresponde a 38,6% do total. O objetivo que aparece em primeiro lugar é a busca por renda passiva e aposentadoria com 42%, conforme imagem:

Gráfico 5 – Objetivos dos investimentos



Fonte: Elaboração própria (2021)

A busca por renda passiva, reforça a ideia de Martins e Campani (2019), que afirmam haver uma busca maior por outras fontes de renda com a mudança das regras vigentes da aposentadoria. Assim, investimentos como ações e fundos imobiliários se destacam e apresentam-se entre os 4 primeiros investimentos realizados pelos jovens universitários do Rio de Janeiro. Dessa maneira, muitos investidores se favorecem e utilizam dos dividendos das organizações para obter renda passiva, o que pela Lei nº4.404 de 196 é uma obrigação das empresas. Sendo assim, o investidor individual



pessoa física, busca empresas que distribuam dividendos para a construção de um portfólio com renda passiva, muitas vezes mensal.

Da mesma forma, empresas que distribuem JCP podem ser incluídas na carteira de quem busca renda. Como mencionado por Lima, Kassai e Corso (2012), o JCP é um novo mecanismo de distribuição de dividendos, contudo, sendo dedutível de imposto de renda. Em corroboração com o mencionado até aqui, Bisca *et al* (2012), afirma que a estratégia e o uso do JCP, beneficia também o acionista, o investidor pessoa física. Além disso, Como mencionado por Ferreira, Gonzales e Santos (2014), nos últimos 50 anos houve uma tentativa de aumentar, fomentar e desenvolver o mercado imobiliário no Brasil. Portanto, com o crescimento que os Fundos Imobiliários vêm tendo, crescimento este afirmado por Scolese, *et al* (2015), os alugueis pagos tornam-se também uma excelente forma de atrativo aqueles que buscam renda mensal. No Brasil há uma lei que regula o pagamento dos alugueis, sendo obrigação das instituições titulares dos fundos, o pagamento de 95% do lucro auferido no período, Lei nº9779 de 1999.

Também, foi possível perceber que 17% dos respondentes não investem por não ter conhecimento suficiente. Como mencionado por Lechter e Kiyosaki em 2011, o Brasil possui uma metodologia de ensino ainda da era agrária, e conteúdo como finanças, educação financeira, economia e investimentos ainda são pouco tratadas, principalmente na educação de base. Ademais, isso confirma o exposto por Silva *et al* em 2018, que diz que o Brasil não tem uma cultura baseada na educação financeira, não tendo portanto uma população capaz de realizar operações financeiras pessoais. Fica claro portanto, que o que foi mencionado pelo autor, se confirmou na pesquisa, na qual pessoas deixam de investir por não ter conhecimento. Esse cenário poderia ser diferente, se houvesse uma cultura voltada para educação financeira ou se esse assunto fosse tratado no ensino básico e fundamental nas escolas brasileiras.

### **4.3 Prazo dos investimentos**

Tendo em vista que a maioria busca renda passiva e também aposentadoria, o longo prazo é o que aparece com maior frequência na pesquisa, sendo líder com 31,8%. Assim, podemos afirmar que pessoas em sua maioria jovens e universitários já apresentam preocupação sobre esse assunto e entendem que, por quanto mais tempo o dinheiro ficar investido, melhor será rentabilizado. Além disso, quanto mais

tempo o dinheiro ficar aplicado, maior será o montante e assim o ganho de renda passiva também será maior.

Outrossim, sabendo que de acordo com a Emenda Constitucional nº 103 de 2019, pelo método progressivo os homens deverão somar 95 anos e 85 anos para mulher. E através do método tradicional, as respectivas idades são 65 e 62 anos. Podemos constatar que os jovens universitários respondentes da pesquisa, buscam desde cedo, investir o dinheiro, de forma a não só precisar da previdência social, mas também trabalhar com o tempo ao seu favor, começando desde cedo a acumular patrimônio. Com isso, além de uma possível antecipação da aposentadoria, estes também poderão receber algo acima do teto oferecido pelo Estado, fixado desde 2016 por R\$5.189,00 de acordo com Lavinias e Araújo em 2017.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo mostrou que os jovens universitários da cidade do Rio de Janeiro, estão preocupados com as mudanças que vêm ocorrendo no cenário público nacional referente as políticas de previdência social e as mudanças ocorridas recentemente. Nesse sentido, alternativas a previdência social vem sendo buscadas, principalmente a poupança privada, com objetivo principal de potencializar ganhos, acumular patrimônio e gerar renda passiva.

Outro ponto observado pela pesquisa, diz respeito aos investimentos realizados, dos quais podemos observar um diferente tipo de perfil quando comparado a pesquisas realizadas com um outro público alvo. Apesar de a poupança continuar liderando o ranking dos investimentos mais usuais e comuns, nota-se uma aversão menor ao risco por parte dos participantes da pesquisa. Isso fica evidente ao compararmos o crescimento de pessoas investindo em ações e fundos imobiliários. Esses tipos de investimento ao longo dos últimos, obteve um retorno bem acima da média, com um risco muito maior, porém, dada a média de idade dos participantes e ao período da vida em que esses estão, tais investimentos ganham força e tornam-se mais populares.

Em relação aos objetivos, destaca-se a preocupação com a aposentadoria. Como mencionado anteriormente, o cenário delicado do assunto, faz com que aqueles que estejam começando no mercado de trabalho, como jovens universitários, por muitas vezes estagiários, já se preocupem com o futuro e com o que pode acontecer em alguns anos. Talvez em poucos anos, haja uma nova reforma e não se sabe ao certo o rumo que isso irá tomar. Fica evidente portanto tal preocupação, e que os jovens já estão fazendo o possível para contornar esse cenário e trazer o melhor resultado possível.

Além disso, apesar de a maioria realizar algum tipo de investimento, podemos observar que ainda há um grande número de pessoas que não entende sobre o assunto. O que reforça a ideia de que o assunto não é disseminado o suficiente e que o acesso a esse tipo de conteúdo não chega a todos.

Por conta da Pandemia do COVID-19, não foi possível fazer uma pesquisa com um maior número de pessoas. Apesar desta ter sido feita através de um questionário online, o aproveitamento poderia ter sido maior em um cenário diferente. Também, dentro dessa perspectiva, optou-se por um questionário mais curto, por consequência mais rápido, com objetivo de não dispersar a atenção do respondente.

Como sugestão, estudos futuros podem tratar de que forma o convívio durante e após o COVID-19 mudou a maneira de pensar sobre os investimentos, numa perspectiva ampla envolvendo saúde, seguro, sucessão patrimonial e a importância da reserva de emergência para esse tipo de situação.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L; PEREIRA, E; TAVARES, F. Determinantes da política de dividendos: evidência de Portugal. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v.17, n. 54, p. 701-719, jan./mar. 2015

ANBIMA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DO MERCADO FINANCEIRO. **Raio X do Investidor Brasileiro**. São Paulo: ANBIMA, 2020.

ANZILAGO, M et al. Estudo bibliográfico das publicações científicas nacionais sobre ofertas públicas de ações. **Seminário Internacional de Integração e Desenvolvimento Regional**, Mato Grosso, v. 01, n. 01, p. 1-14, out.2014.

B3. **B3: Brasil Bolsa Balcão**, 2020. Disponível em: <[http://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-fixa/certificados-de-recebiveis-imobiliarios.htm](http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-fixa/certificados-de-recebiveis-imobiliarios.htm)>. Acesso em: 20 de jan. 2021.

BIANCHI, C; MELO, W. Discutindo estratégias para construção de questionários como ferramenta de pesquisa. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 43-59, maio/ ago. 2015

BISCA, M; et al. Juros sobre capital próprio: uma análise sobre o impacto tributário para quem paga e para quem recebe. **Revista Científica Hermes**, São Paulo, v. 07, p. 74-89, 2012

BRASIL. **Emenda Constitucional nº103 de 12 de novembro de 2019**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm)>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm)>. Acesso em: 20 jan.2021.

BRASIL. **Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9779.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9779.htm)>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm)>. Acesso em: 24 jan. 2021.

CARVALHO, A. Previdência social: tributo sobre renda, subsídio à aposentadoria. **MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy Law and Economics**, São Paulo, v. 06, n. 01, jan./abr.2018.

CAMPANI, C.; BRITO, L. Fundos de previdência privada: passividade a preços de fundos de ativos. **Revista de Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 28, n. 75, p. 148-163, jan./ abr. 2017.

CENDÓN, B. V.; RIBEIRO, N. A.; CHAVES, C. J. Pesquisas de survey: análise das reações dos respondentes. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 24, n. 3, 20 dez. 2014.

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS; PLANEJAR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PLANEJADORES FINANCEIROS. Princípios da aposentadoria. In: **Planejamento financeiro pessoal**. 1.ed. Rio de Janeiro: CVM, 2019, v. 1, cap. 3, p. 108-152.

CATARINO, J; RODRIGUES, H. O conceito de dividendo numa perspectiva transfronteiriça de repartição de rendimentos no mcoode: relação direta com o lucro. **E-Pública: Revista eletrônica de direito público**, Lisboa, v. 4, n.2, p. 327-352, nov. 2017.

COELHO, N.; CAMARGOS, M. Fundos de pensão no Brasil: uma análise dos fatores determinantes para sua expansão na perspectiva dos seus gestores. **Organizações e Sociedades**, Salvador, v.19, n. 61, p. 277-294, abr./ jun. 2012.

DALFOVO, M; LANA, R; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, 2018

DEBIASI, C. O mercado de previdência privada no Brasil: análise das melhores alternativas de investimento previdenciário. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 6, n. 12. p. 1-22, jul./dez. 2004.

ESPERÓN, J. Pesquisa quantitativa na ciência da enfermagem. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v.21, n.1, fev.2017.

FERREIRA, A; GONZALES, A; SANTOS, F. Efeitos de eventual término da isenção de imposto de renda dentro de fundos de investimento imobiliário. **Revista Fatec Zona Sul**, São Paulo, v. 06, n. 03, p. 27-49, fev.2020.

HOLANDA, A; COELHO, A. Dividendos e efeito clientela: evidências no mercado brasileiro, **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 52, n. 04, p. 448-463, jul./ ago. 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**: São Paulo, 2020.

IPEADATA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Dados macroeconômicos**. Disponível em: <ipeadata.gov.br>. Acesso em 15 de abr. 2021.

KIYOSAKI, R. T.; LECHTER, S. L. Para que alfabetização financeira? **Pai Rico Pai Pobre: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro**. 67ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

LAVINAS, Lenas; ARAÚJO, Eliane. Reforma da previdência e regime complementar. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 37, nº 3, p. 615-635, jul./set.2017.

LIMA, Gerlando; KASSAI, José; CORSO, Renato. Distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio versus retorno das ações. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, V.6, n.2, p. 154-159, abr./jun.2012.

MARTINS, C; CAMPANI, C. Quem perde e ganha com a PEC 287/ 2016? Uma análise pela variação da riqueza atuarial do segurado urbano brasileiro do Regime Geral de Previdência Social. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 02, p. 432-460, mar./ abr. 2019

Ministério da Educação e Cultura. **Senso da Educação Superior 2017**. Brasília: MEC, 2018.

PESENTE, R. **Mercados Financeiros**. Salvador: Ciências Contábeis Universidade Federal da Bahia, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/553591/2/eBook%20FCCC48-Mercados%20Financeiros.pdf>. Acesso em: 24 jan.2021.

SAAD, N.; RIBEIRO, C. Modelo de apreçamento de opções embutidas em produtos de previdência no Brasil. **Produção**, v. 21, n.3, p. 528-538, jul./ set. 2011

SCOLESE, D; et al. Análise de estilo de fundos imobiliários no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 9, n. 23, jan./ abr. 2015  
<https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/83452/100251>

SILVA, B.; SILVA, R.; ARAUJO, F. Comportamento do consumidor no mercado imobiliário: atributos relevantes na compra de imóveis no Rio de Janeiro. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v.8, n. 2, p. 6-27, maio/ ago. 2013

SILVA, A *et al.* Finanças Pessoais: análise do nível de educação financeira de jovens estudantes do IFPB. **Revista Principia – Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB**, n. 41, p. 215-224, jun./2018.

## QUESTIONÁRIO

### **Você é aluno universitário?**

- Sim
- Não

### **Qual a sua idade?**

- Menor de 17 anos
- Entre 17 e 21 anos
- Entre 22 e 26 anos
- Entre 26 e 30 anos
- Acima de 30 anos

### **Possuí ou possuiu algum tipo de renda nos últimos 2 anos?**

- Sim
- Não

### **Você faz algum tipo de investimento? (Ex: CDB, Tesouro Nacional, Ações, Debêntures, Fundos Imobiliários, criptomoedas)?**

- Sim
- Não

### **Qual tipo de investimento você faz?**

- Poupança
- CDB
- Tesouro Nacional
- Debêntures
- Fundos Imobiliários
- Fundos de ação
- Fundos Multimercado
- Criptomoedas
- Previdência privada
- Ações
- Outros investimentos
- Não realizo nenhum tipo de investimento

### **Por qual prazo planeja deixar o dinheiro investido?**

- Curto prazo (até 2 anos)
- Longo prazo (entre 5 e 10 anos)
- Não tenho pretensão de retirar o dinheiro
- Não realizo nenhum tipo de investimento



**Por qual razão investe ou deixa de investir?**

- Para compra de um bem no futuro
- Para investir nos estudos
- Apenas guardo meu dinheiro (Poupança, poupança de bancos digitais)
- Renda passiva / Aposentadoria
- Para uma emergência
- Para ajudar minha família
- Não invisto por não ter conhecimento